

PM-SE

Cargo -
Oficial: Combatente



Editais verticalizados

PM SE - Polícia Militar de
Sergipe

CONHECIMENTOS BÁSICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL:

1. Direito Constitucional: natureza; conceito e objeto; fontes formais.
2. Classificações das constituições: constituição material e constituição formal; constituição garantia e constituição dirigente; normas constitucionais.
3. Poder constituinte: fundamentos do poder constituinte; poder constituinte originário e derivado; reforma e revisão constitucionais; limitação do poder de revisão; emendas à Constituição.
4. Controle de constitucionalidade: conceito; sistemas de controle de constitucionalidade. 4.1 Inconstitucionalidade: inconstitucionalidade por ação e inconstitucionalidade por omissão. 4.2 Sistema brasileiro de controle de constitucionalidade.
5. Fundamentos constitucionais dos direitos e deveres fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos; direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade; direitos sociais; nacionalidade; cidadania e direitos políticos; partidos políticos; garantias constitucionais individuais; garantias dos direitos coletivos, sociais e políticos; Ações constitucionais: Habeas Corpus. Habeas Data. Mandado de Segurança. Mandado de Injunção. Ação popular. Ação civil pública.
6. Poder Legislativo: fundamento, atribuições e garantias de independência.
7. Processo legislativo: fundamento e garantias de independência, conceito, objetos, atos e procedimentos.
8. Poder Executivo: forma e sistema de governo; chefia de Estado e chefia de governo; atribuições e responsabilidades do presidente da República.
9. Poder Judiciário: disposições gerais; Supremo Tribunal Federal; Superior Tribunal de Justiça; Tribunais regionais federais e juízes federais; tribunais e juízes dos estados; funções essenciais à justiça.
10. Defesa do Estado e das instituições democráticas: segurança pública; organização da segurança pública.

DIREITO PENAL MILITAR:

1. Aplicação da lei penal militar.
2. Crime.
3. Imputabilidade penal.
4. Concurso de agentes.
5. Penas.
6. Aplicação da pena.
7. Suspensão condicional da pena.
8. Livramento condicional.
9. Penas acessórias.
10. Efeitos da condenação.
11. Medidas de segurança.
12. Ação penal.
13. Extinção da punibilidade.
14. Crimes militares em tempo de paz.
15. Crimes propriamente militares.
16. Crimes impropriamente militares.

DIREITO PENAL:

1. Princípios constitucionais do Direito Penal.
2. A lei penal no tempo.
3. A lei penal no espaço.
4. Interpretação da lei penal.
5. Infração penal: elementos, espécies.
6. Sujeito ativo e sujeito passivo da infração penal.
7. Conceito de crime, fato típico, ilicitude, culpabilidade, punibilidade. 8. Excludentes de tipicidade, de ilicitude e de culpabilidade.
9. Extinção da punibilidade.
10. Erro sobre elementos do tipo; erro de proibição; erro na execução; resultado diverso do pretendido.
11. Imputabilidade penal.
12. Concurso de pessoas.

13. Das penas: espécies, cominação, concurso, efeitos da condenação.
14. Crimes
contra a pessoa.
15. Crimes contra o patrimônio.
16. Crimes contra a dignidade sexual.
17. Crimes contra a incolumidade pública.
18. Crimes contra a Administração Pública.

DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR:

1. Processo Penal Militar e sua aplicação.
2. Polícia judiciária militar.
3. Inquérito policial militar.
4. Ação penal militar e seu exercício.
5. Processo.
6. Juiz, auxiliares e partes do processo.
7. Denúncia.
8. Competência da Justiça Militar Estadual e da União.
9. Questões prejudiciais.
10. Exceções.
11. Incidente de sanidade mental do acusado.
12. Incidente de falsidade de documento.
13. Medidas preventivas e assecuratórias.
14. Providências que recaem sobre coisas.
15. Providências que recaem sobre pessoas.
Prisão em flagrante. Prisão preventiva. Menagem.
Liberdade provisória. Aplicação provisória de medidas de segurança.
16. Atos probatórios. Interrogatório. Confissão. Perícias e exames. Testemunhas.
Acareação. Reconhecimento de pessoa e coisa. Documentos. Indícios.
17. Deserção de oficial e de praça; insubmissão.
18. Nulidades.

DIREITO PROCESSUAL PENAL:

1. Inquérito policial. 1.1 notitia criminis. 1.2. Controle externo da atividade policial.
2. Ação penal; espécies.
3. Jurisdição; competência.
4. Prova.
5. Da busca e da apreensão.
6. Da Prisão, das Medidas Cautelares e da Liberdade Provisória.
7. Audiência de custódia.
8. Prisão temporária.
9. Liberdade provisória.
10. Habeas Corpus.

DIREITO ADMINISTRATIVO:

Princípios constitucionais e infraconstitucionais da atividade administrativa.

Regime jurídico administrativo: princípios do direito administrativo.

Princípios da administração pública. Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e indisponibilidade do interesse público, proporcionalidade, razoabilidade, motivação, continuidade, presunção de veracidade e de legalidade, autoexecutoriedade, autotutela, segurança jurídica, proteção à confiança e boa-fé.

Administração Pública. Desconcentração e descentralização.

Órgãos públicos. Hierarquia. Delegação. Avocação. Administração direta e indireta. Autarquias. Fundações públicas. Empresas públicas e privadas. Sociedades de economia mista. Entidades paraestatais e Entes com situação peculiar (ordens e conselhos profissionais, fundações de apoio, empresas controladas pelo poder público, serviços sociais autônomos, organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público).

A estruturação da advocacia pública. Atividade da administração pública.

Poderes da administração pública e função. Poder normativo. Poder disciplinar. Poder decorrente de hierarquia. Poder vinculado. Poder discricionário. Poder regulamentar. Poder disciplinar. Poder de polícia.

Atos administrativos. Conceitos, requisitos, elementos, atributos, pressupostos e classificação. Fato e ato administrativo. Validade, eficácia e autoexecutoriedade do

ato administrativo. Atos administrativos em espécie. Parecer: responsabilidade do emissor do parecer. O silêncio no direito administrativo. Cassação. Vícios, defeitos e desfazimento dos atos administrativos. Revogação e anulação e teoria das nulidades no direito administrativo. Cassação e preservação (convalidação, ratificação e conversão). Prescrição e decadência. Mérito do ato administrativo, discricionariedade. Atos administrativos vinculados e discricionários. Mérito do ato administrativo, discricionariedade. Ato administrativo inexistente. Atos administrativos nulos e anuláveis. Vícios do ato administrativo. Teoria dos motivos determinantes.

Processo administrativo disciplinar. Servidor: cargo, emprego e funções. Atribuições. Competência administrativa: conceito e critérios de distribuição. Avocação e delegação de competência.

Servidores públicos. Direitos, deveres e responsabilidades dos servidores públicos civis.

Lei Federal nº 8.429, de 2 de junho de 1992, Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal/1988; e dá outras providências. Formas de provimento e vacância dos cargos públicos. Exigência constitucional de concurso público para investidura em cargo ou emprego público.

Regime jurídico, direitos, deveres, proibições e vantagens.

Licitação. Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações.

Contratos da administração. Serviços públicos. Concessão, permissão, autorização e delegação. Serviços delegados.

Convênios e consórcios. Conceito de serviço público. Caracteres jurídicos.

Controle da Administração pública.

Bens públicos. Classificação e caracteres jurídicos. Natureza jurídica do domínio público. Utilização dos bens públicos: autorização, permissão e concessão de uso, ocupação, aforamento, concessão de domínio pleno. Restrições e limitações administrativas.

Intervenção no domínio econômico: desapropriação.

Responsabilidade civil extracontratual do Estado. Responsabilidade objetiva.

Responsabilidade subjetiva. Responsabilidade por ação. Responsabilidade por

omissão. Responsabilidade decorrente de comportamento ilícito. Responsabilidade decorrente de comportamento lícito. Reparação do dano.

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE:

1. Lei Federal 8.069, de 13/07/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).
2. Lei Federal nº 8.072, de 25/07/1990, (Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências).
3. Lei Federal nº 8.429, de 02/06/1992 (Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício do mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências).
4. Lei Federal nº 9.099, de 26/09/1995 (Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências).
5. Lei Federal nº 9.455, de 07/04/1997 (Define os crimes de tortura e dá outras providências).
6. Lei Federal nº 9.459, de 13/05/1997 (Altera os arts. 1º e 20 da Lei nº 7.716, de 05 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça e cor, e acrescenta parágrafo ao art. 140 do Decreto-lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940).
7. Lei Federal nº 9.807, de 13/07/1999 (Estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas, institui o Programa Federal de Assistência a Vítimas e testemunhas Ameaçadas e dispõe sobre a proteção de acusados ou condenados).
10. Lei Federal nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso) – arts. 1º ao 10, 15 ao 25, 33 ao 42 e 95 ao 118.
11. Lei Federal nº 10.826, de 22/12/2003 (Estatuto do Desarmamento).
12. Lei Federal nº 11.340, de 07/08/2006 (Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º, do art. 226, da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência

Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências). Arts. 1º ao 7º, 10 ao 12, 22 ao 24 e 34 ao 45.

13. Lei Federal nº 11.343, de 23/08/2006 (Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad; prescreve medidas de prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências).

14. Lei nº 12.527, de 18/11/2011 (Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11/12/1990; revoga a Lei nº 11.111, de 05/05/2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 08/01/1991; e dá outras providências).

15. Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pela ONU, em 10/12/1948.

16. Lei 12.850, de 2/08/2013 (Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei no 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências).

CONHECIMENTOS GERAIS DO ESTADO DE SERGIPE:

1. Indígenas em Sergipe,
2. Processo de ocupação e povoamento do território sergipano,
3. Economias fundadoras,
4. Regiões geoeconômicas,
5. Estrutura do poder e a sociedade colonial sergipana,
6. Sergipe nas sucessivas fases da República Brasileira,
7. Condicionantes geoambientais (clima, recursos minerais, relevo e solo, recursos hídricos, vegetação),
8. Dinâmica populacional,
9. Rede urbana e organização do espaço,
10. Formação metropolitana de Aracaju,
11. Política, sociedade e economia no Sergipe contemporâneo,

12. Potencialidades e perspectivas para o desenvolvimento econômico e social,
13. Formação e expressão da cultura sergipana,
14. Educação em Sergipe.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA DA PMSE

1. Estatuto da PMSE (Lei nº 2.066 de 23/12/1976),
2. Lei de Remuneração PMSE (Lei nº 5.699 de 17/08/2005),
3. Lei de Organização Básica da PMSE (Lei nº 3.669 de 1995),
4. Lei de fixação de efetivo da PMSE (Lei nº 7.823 de 4/04/2014),
5. Código de ética e disciplina da PMSE (Lei Complementar nº 291 de 21/08/2017) e
6. Sistema de Proteção Social dos Militares (Lei Complementar nº 360 de 31/01/2022).

CANAIS

Já nas redes sociais, você pode contar com o nosso apoio em canais atualizados diariamente, oferecem notícias completas e conteúdos direcionados sobre concursos de todo o Brasil. Fique ligado!



BONS ESTUDOS!